

Estudo destaca que indústria e setor de serviços vão contribuir mais para crescimento do próximo ano

A economia deve fechar o ano com expansão de 1,1% neste ano e dar um pulo para 3% em 2018; a inflação oficial terá alta de 2,9% em 2017 e de 4% em 2018; e os juros básicos devem recuar dos atuais 7% ao ano (2017) para 6,76% em 2018. Os números constam da Carta de Conjuntura, publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), levantamento divulgado nesta quarta-feira, 20, no Rio de Janeiro, com ampla análise da economia brasileira e projeções para 2017 e 2018. Confira a íntegra do estudo em

http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31994&catid=3&Itemid=3.

Enquanto a agricultura, o consumo privado e as exportações são responsáveis pela reação econômica neste ano, a retomada mais forte em 2018 deverá ocorrer predominantemente pelo avanço da indústria, do setor de serviços, pelos gastos privados de consumo e investimento.

Ainda assim, as previsões de produto potencial feitas com base no cenário para 2018 mostram que, mesmo com a aceleração do crescimento, o PIB ainda chegaria ao final do ano abaixo de seu potencial, corroborando o cenário de inflação abaixo da meta de 2018, diz o estudo.

Sobre a Selic, o levantamento afirma que, com a queda da inflação corrente e as expectativas para o futuro ancoradas, ao final de 2018, em nível próximo da meta de 2019 (4,25%), espera-se que o Banco Central conclua o atual ciclo de afrouxamento monetário no começo de 2018 e mantenha a meta da taxa Selic no patamar de 6,75% a.a. até o final do ano.

Tal comportamento deve gerar taxas de juros reais muito baixas, propiciando condições ao financiamento de despesas de consumo e investimento. Para o Ipea, a condução da política monetária é um dos principais impulsos ao crescimento.

No quarto trimestre de 2017, a projeção é de um aumento de 2,3% do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, e de 0,2% frente ao terceiro trimestre. Pela ótica da oferta, "todos os componentes devem apresentar taxa de crescimento positiva em relação ao quarto trimestre de 2016: 2,7% para a indústria, 2,0% para os serviços e 0,4% para a agropecuária. A agropecuária cai em relação ao terceiro trimestre de 2017, mas a indústria e os serviços crescem.

Outro dado importante para o mercado segurador envolve o consumo das famílias. Por esta ótica, o consumo das famílias deve crescer 3,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, e o investimento agregado deve apresentar crescimento de 2,9% na mesma base de comparação - primeira variação positiva desde o primeiro trimestre de 2014. Espera-se que as exportações líquidas também contribuam positivamente para o crescimento: aumento de 6,3% das importações e de 12,9% das exportações. O único componente a apresentar queda em relação ao quarto trimestre de 2016 é o consumo do governo (0,8%).

Nos trimestres seguintes, a expectativa é de continuidade desse processo de recuperação cíclica. Pelo lado da oferta, a queda esperada do PIB agropecuário em 2018 (2,5%) deve ser compensada pelo crescimento da indústria (3,7%) e dos serviços (2,8%). Pelo lado da demanda, espera-se que o crescimento seja puxado pelos gastos de consumo das famílias (3,4%) e de investimento (5,2%). O consumo público deve apresentar crescimento nulo em 2018. É esperado, ainda, um aumento mais forte das importações (7,8%) relativamente às exportações (4,3%). A elevada taxa de crescimento das importações é condizente com a expansão da renda doméstica e do investimento ao longo do ano.

Um dos suportes para a recuperação em curso tem sido o mercado de trabalho, segundo o Ipea. A taxa de desemprego caiu de 13,7%, no primeiro trimestre de 2017, para 12,2%, no trimestre

encerrado em outubro – de acordo com a PNAD Contínua do IBGE. Sem ignorar o fato de que a taxa de desemprego ainda é muito elevada, e que ainda há 12,7 milhões de pessoas em busca de trabalho, cabe destacar que essa reversão vem ocorrendo mais rapidamente que o esperado. Outro pilar da recuperação tem sido o mercado de crédito – ou melhor, a expectativa de que o mercado de crédito reaja à queda dos juros, à redução da inadimplência e à abertura de espaço no orçamento das famílias para contrair novas dívidas, observa o Ipea.

Apesar das dificuldades correntes de aprovação, no Congresso Nacional, de medidas fundamentais de ajuste fiscal estrutural – em particular, da reforma da previdência –, o cenário apresentado pelo Grupo de Conjuntura do Ipea supõe algumas premissas básicas: (i) que as medidas necessárias serão implementadas, no curto ou no médio prazo; (ii) que a percepção de risco dos agentes privados (em relação à sustentabilidade das contas públicas) se elevará um pouco, porém permanecerá sob controle face à expectativa de ajuste; (iii) que o ambiente externo continuará provendo liquidez suficiente durante o período de transição, enquanto as medidas de ajuste não forem adotadas.

A Visão Geral é concluída com uma avaliação da taxa dos Credit Default Swaps (CDS) do Brasil – principal medida corrente de risco-país. Embora apresente elevada correlação com as taxas dos CDS de outros países emergentes, o que poderia sugerir baixa relevância dos fatores domésticos na determinação do risco soberano do Brasil, a análise realizada aponta para a importância de diversos eventos políticos e econômicos domésticos na evolução recente desse indicador.

O Ipea é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Fonte: [CNSeg](#), em 21.12.2017.